

CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque XVII S.A. ("CLWP XVII" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Campo Largo XVII é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Geradora Eólica Campo Largo XVII, com capacidade instalada de 29,4 MW e garantia física de 16,2 MWh, localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, no Estado da Bahia.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à CLWP Brasil II Participações S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 128,1 GWh, desempenho 4,3% superior à observada em 2024, que foi de 122,8 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2025 atingiu 97,80%, 2,59 p.p. superior ao obtido em 2024, de 95,21%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	26.918	28.051	(1.133)	(4,0)
Lucro bruto	15.242	16.854	(1.612)	(9,6)
Resultado do serviço (Ebit)	15.050	16.684	(1.634)	(9,8)
Ebitda (Lajida) ¹	20.774	22.417	(1.643)	(7,3)
Resultado financeiro	(7.467)	(8.971)	1.504	(16,8)
Lucro líquido do exercício	5.446	5.878	(432)	(7,3)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução decorreu, substancialmente, pelo decréscimo do faturamento de energia com a ECV, acentuado pelo não reconhecimento de receita de indenização por indisponibilidade no exercício e parcialmente atenuado pelo reconhecimento de receita de indenização de seguros.

Ebitda: a redução é proveniente, principalmente, da redução da receita operacional líquida e do aumento dos custos da energia vendida.

Resultado financeiro: a variação é proveniente, substancialmente, do acréscimo dos juros sobre títulos e valores mobiliários, acentuado pela redução de juros e variação monetária sobre financiamentos e parcialmente atenuado pela redução das rendas de aplicações financeiras.

Lucro líquido do exercício: a redução é motivada pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.
CNPJ Nº 17.916.887/0001-65| NIRE Nº 42 3 0005011-3
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.793	7.110
Contas a receber de clientes	5	2.363	2.545
Títulos e valores mobiliários	6	17.105	-
Indenização por indisponibilidade a receber	13	-	205
Outros ativos circulantes		670	693
		27.931	10.553
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	-	14.881
Depósitos vinculados	7	3.860	3.661
Outros ativos não circulantes		470	470
		4.330	19.012
Imobilizado	8	127.865	133.621
Intangível		47	-
		132.242	152.633
TOTAL		160.173	163.186
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.150	1.304
Dividendos	12	1.293	1.396
Financiamentos	11	8.736	8.347
Outros passivos circulantes		576	602
		11.755	11.649
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.760	4.052
Financiamentos	11	110.744	114.025
Provisão para desmobilização	8	3.050	2.800
Outros passivos não circulantes		239	-
		117.793	120.877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		25.333	25.333
Reservas de lucros		1.411	1.139
Dividendos adicionais propostos		3.881	4.188
		30.625	30.660
TOTAL		160.173	163.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.
CNPJ Nº 17.916.887/0001-65| NIRE Nº 42 3 0005011-3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	26.918	28.051
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(5.724)	(5.733)
Serviços de terceiros		(2.343)	(2.275)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.124)	(2.029)
Outros		(1.485)	(1.160)
		(11.676)	(11.197)
LUCRO BRUTO		15.242	16.854
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(192)	(170)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		15.050	16.684
Resultado financeiro			
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	2.224	781
Renda de aplicações financeiras		927	1.334
Renda de depósitos vinculados		504	373
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	(10.573)	(11.037)
Juros sobre fornecedores		(393)	(298)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(133)	(147)
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		(23)	23
		(7.467)	(8.971)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		7.583	7.713
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(1.491)	(1.267)
Contribuição social		(646)	(568)
		(2.137)	(1.835)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.446	5.878

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.446	5.878
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.446	5.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.
CNPJ Nº 17.916.887/0001-65| NIRE Nº 42 3 0005011-3
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31.12.2023		25.333	845	5.234	-	-	31.412
Dividendos intermediários		-	-	(5.234)	-	-	(5.234)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.878	5.878
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	294	-	-	(294)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.396)	(1.396)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	4.188	(4.188)	-
Saldos em 31.12.2024	12	25.333	1.139	-	4.188	-	30.660
Dividendos adicionais		-	-	-	(4.188)	-	(4.188)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.446	5.446
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	272	-	-	(272)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.293)	(1.293)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	3.881	(3.881)	-
Saldos em 31.12.2025	12	25.333	1.411	-	3.881	-	30.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.
CNPJ Nº 17.916.887/0001-65| NIRE Nº 42 3 0005011-3
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	7.583	7.713
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Juros e variação monetária sobre financiamento	10.573	11.037
Depreciação e amortização	5.724	5.733
Juros sobre fornecedores	393	298
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	133	147
Juros sobre títulos e valores imobiliários	(2.224)	(781)
Renda de depósitos vinculados	(504)	(373)
Outros	211	(59)
Resultado antes dos tributos ajustado	21.889	23.715
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	182	1.273
Indenização por indisponibilidade a receber	205	(205)
Outros ativos	(224)	(57)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(508)	(230)
Outros passivos	10	(14)
Caixa gerado nas operações	21.554	24.482
Pagamentos de juros sobre financiamento	(5.057)	(5.163)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.897)	(1.159)
Caixa líquido das atividades operacionais	14.600	18.160
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos de valores mobiliários	-	(14.100)
Aplicação no imobilizado e no intangível	(230)	(47)
Caixa líquido das atividades de investimento	(230)	(14.147)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(8.408)	(8.000)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	305	395
Dividendos pagos	(5.584)	(6.979)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(13.687)	(14.584)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	683	(10.571)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	7.110	17.681
Saldo final	7.793	7.110
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	683	(10.571)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.
CNPJ Nº 17.916.887/0001-65 | NIRE Nº 42 3 0005011-3
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque XVII S.A. ("CLWP XVII" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.04.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo XVII ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,4 MW¹ e garantia física de 16,2 MW médios. Em 07.04.2021, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo II, com participação de 8,13%. O Consórcio Campo Largo II é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 09.04.2026.

Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Títulos e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais a administração acredita refletirem a vida útil estimada dos bens.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	74	1.142
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	7.719	5.968
	7.793	7.110

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber em 31.12.2025 no montante de R\$ 2.363 (R\$ 2.545 em 31.12.2024), correspondem ao contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2025 e 31.12.2024.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 14.100. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	14.100
Juros	781
Saldo em 31.12.2024	14.881
Juros	2.224
Saldo em 31.12.2025	17.105
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	17.105
	17.105

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento					Saldos em 31.12.2025
	Quantidade	Remuneração	Vencimento	Principal	Juros	
12ª Emissão Série 4	14.100	CDI + 0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026	17.105

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.860 (R\$ 3.661 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,84%	144.305	(25.644)	118.661	123.939
Edificações e benfeitorias	3,33%	6.168	(971)	5.197	5.402
Direito de uso de arrendamentos	2,22%	4.135	(361)	3.774	4.176
Móveis e utensílios	6,24%	10	(1)	9	8
		154.618	(26.977)	127.641	133.525
Em curso					
		224	-	224	96
		154.842	(26.977)	127.865	133.621

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Outros	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2023	129.332	5.608	2.648	1	49	137.638
Ingressos	-	-	-	-	41	41
Desmobilização	77	-	-	-	-	77
Remensuração	-	-	1.598	-	-	1.598
Transferências	(13)	-	-	7	6	-
Depreciação	(5.457)	(206)	(70)	-	-	(5.733)
Saldo em 31.12.2024	123.939	5.402	4.176	8	96	133.621
Ingressos	-	-	-	-	227	227
Desmobilização	117	-	-	-	-	117
Baixas	(34)	-	-	-	-	(34)
Remensuração	-	-	(342)	-	-	(342)
Transferências	97	-	-	2	(99)	-
Depreciação	(5.458)	(205)	(60)	(1)	-	(5.724)
Saldo em 31.12.2025	118.661	5.197	3.774	9	224	127.865

c) Provisão para desmobilização

Em 2021, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 4,50%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 3.050 (R\$ 2.800 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 133 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 147 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 117 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (R\$ 77 em 31.12.2024).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo XVII, com capacidade instalada de 29,4 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 12.2019.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	4.194	4.519
Fornecedores de imobilizado	458	449
Encargos de uso da rede elétrica	180	171
Fornecedores de materiais e serviços	78	217
	4.910	5.356
Passivo circulante	1.150	1.304
Passivo não circulante	3.760	4.052
	4.910	5.356

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de do IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável		Sensibilidade	
	2025	2026	Provável	$\Delta + 25\%$ ¹	Administração
Risco de variação					
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos). As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	119.480	261	(1.027)	(50)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	119.480	122.372
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.860)	(3.661)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.793)	(7.110)
Dívida líquida	107.827	111.601
Patrimônio líquido	30.625	30.660
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,5	3,6

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
Fornecedores	1.150	840	840	11.336	14.166
Financiamento	13.307	25.611	24.180	91.405	154.503
	14.457	26.451	25.020	102.741	168.669

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	7.719	5.968
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	74	1.142
Contas a receber de clientes	2.363	2.545
Indenização por indisponibilidade a receber	-	205
Títulos e valores mobiliários	17.105	14.881
Depósitos vinculados	3.860	3.661
	31.121	28.402
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	4.910	5.356
Financiamento	119.480	122.372
	124.390	127.728

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutações do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	124.498
Juros e variação monetária	11.037
Amortização do principal	(8.000)
Amortização de juros	(5.163)
Saldos em 31.12.2024	122.372
Juros e variação monetária	10.573
Amortização do principal	(8.408)
Amortização de juros	(5.057)
Saldos em 31.12.2025	119.480
Passivo circulante	8.736
Passivo não circulante	110.744
	119.480

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	8.519
2028	8.519
2029	8.519
2030	8.519
2031 a 2035	42.594
2036 a 2039	34.074
	110.744

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais	119.480

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil II Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,10$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025 e em 31.12.2024 era de R\$ 25.333, representado por 25.332.846 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 25.332.845 pertencem à controladora CLWP Brasil II Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2025, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.293.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("ECV")	27.807	28.787
	27.807	28.787
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.014)	(1.051)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	-	315
Receita de indenização de seguros ¹	125	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26.918	28.051

(1) Mais informações vide Nota 16 - Seguros.

Em 2024, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 315 relativos à multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo. Esse reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Indenização por indisponibilidade a receber”, a qual, em 31.12.2024 apresentava o saldo de R\$ 205 em aberto no ativo circulante. Em 2025, a Companhia não reconheceu valores relativos à multa contratual por indisponibilidade.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	27.807	27.807	28.787	28.787
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.225	3.337	2.303	3.454
Receita financeira	3.690	3.690	2.546	2.546
Receita de indenização de seguros	125	125	-	-
Receita de indenização por indisponibilidade	-	-	315	315
Outros	21	21	-	-
Base de cálculo	6.061	7.173	5.164	6.315
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.515)	(646)	(1.291)	(568)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(1.491)	(646)	(1.267)	(568)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 58.805.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até abril de 2042. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 51.802.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo II participa da referida apólice no montante de R\$ 1.994.487 para danos materiais e R\$ 567.610 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

Em 2025, houve a confirmação da ocorrência de um sinistro com a cobertura de lucros cessantes. Obteve-se o parecer favorável para o pagamento da indenização concedido pela seguradora, a partir do qual a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em outubro deste ano, a Companhia registrou a indenização do seguro para refletir os efeitos das transações. Desta forma, foi reconhecido em 2025, o montante de R\$ 125 relacionado aos lucros cessantes.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2025 foi de R\$ 153 (R\$ 146 em 2024).

b) Transações entre partes relacionadas

	ATIVO		PASSIVO	RESULTADO		
	Contas a receber	Títulos e valores mobiliários	Fornecedores	Receita operacional líquida	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	Receitas Financeiras
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	2.363	-	-	26.792	-	-
ENGIE	-	17.105	26	-	-	2.224
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	14	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	23	-
31.12.2025	2.363	17.105	26	26.792	37	2.224
31.12.2024	2.545	14.881	25	27.736	36	781

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$ 680.910 (R\$ 786.155 em 31.12.2024). Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2025	2024
Provisão (reversão) de desmobilização	117	77
Fornecedores de imobilizado	9	(6)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(281)	(365)
Remensuração dos arrendamentos	(342)	1.598

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da CLWP Eólica Parque XVII S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Odilon Ferraz Vieira
Diretor Administrativo e Financeiro

Lucas Moura E Rocha
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP EÓLICA PARQUE XVII S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



**Shape the future
with confidence**

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 9 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O